

**Presidenta da República:** Dilma Rousseff

**Ministério do Trabalho e Emprego -  
Ministro de Estado do Trabalho e Emprego:**  
Carlos Daudt Brizola

**Secretário Executivo:** Paulo Roberto dos  
Santos Pinto

**Secretaria Nacional de Economia Solidária  
- Secretário Nacional de Economia  
Solidária:** Paul Israel Singer

**Secretário Adjunto:** Roberto Marinho Alves  
da Silva

**Chefe de Gabinete:** Daniela Gomes Metello

**Diretor do Departamento de Estudos e  
Divulgação:** Valmor Schiochet

**Diretor do Departamento de Fomento à  
Economia Solidária:** Manoel Vital de  
Carvalho Filho

**Coordenadora Geral de Promoção e  
Divulgação:** Regilane Fernandes da Silva

**Coordenador Geral de Comércio Justo e  
Solidário:** Antônio Haroldo Pinheiro  
Mendonça

**Coordenador Geral de Fomento à  
Economia Solidária:** Ary Moraes Pereira

## **CÁRITAS BRASILEIRA**

**Endereço:** SGAN – Av. L2 Norte  
Quadra 601, Módulo F  
CEP:70830-010 / Brasília - DF  
**Site:** [www.caritas.org.br](http://www.caritas.org.br)  
**E-mail:** [caritas@caritas.org.br](mailto:caritas@caritas.org.br)  
**Telefone:** +55-61-3521-0350  
**Fax:** +5561-3521-0377

## **DIRETORIA**

**Presidente:** D. Flávio Giovenale  
**Vice-Presidente:** Anadete Gonçalves  
Reis  
**Diretor Secretário:** Pe. Evaldo Praça  
Ferreira  
**Diretor Tesoureiro:** Aginaldo Luiz de  
Lima  
Coordenação Colegiada  
**Diretora Executiva Nacional:** Maria  
Cristina dos Anjos da Conceição  
**Coordenador:** Jaime Conrado de Oliveira  
**Coordenador:** Luiz Cláudio Mandela

Realização:



Apoio:



Secretaria Nacional de  
**Economia Solidária**

Ministério do  
**Trabalho e Emprego**



# **ASSESSORIA TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS**

## **Projeto Centro Nacional de Formação em Economia Solidária – CFES Nacional**

Ademar Bertucci  
Ivette Tatiana Castilla  
Rosana Kirsch

### **Elaboração desta publicação**

Ademar Bertucci  
Ivette Tatiana Castilla

**Edição:** Cooperativa Catarse - Coletivo de Comunicação

**Revisão:** Paula Coruja e Rosana Kirsch

**Projeto gráfico e diagramação:** Rafael Corrêa e Sarah Brito

**Impressão:** Ideograf

**Tiragem:** 1.300 unidades

**Foto da Capa:** Bordado do Empreendimento Misturando Arte (Porto Alegre, RS)

### **Contribuições:**

- Relatório II Oficina de Metodologias de Assessoria Técnica a Empreendimentos de Economia Solidária: Fernanda Nagem
- Iosaque Shimbo do NuMIEcoSol-Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da UFSCar, Universidade Federal de São Carlos - Rede de ITCPs.

### **Socialização de experiências/ metodologias nas Oficinas:**

- AACCC RN - Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte
- Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde/ ANEPS
- Cáritas Brasileira - Projeto Fundos Rotativos Solidários
- Catholic Relief Services
- CEFFA - Centro Familiar de Formação por Alternância/ Fórum Educação do Campo
- Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidário - UNISOL BRASIL. Projeto NEATES/SP - Núcleo Estadual de Assistência Técnica em Economia Solidária
- Guayí – Projeto NEATES/RS - Núcleo Estadual de Assistência Técnica em Economia Solidária
- Incubadora Social e Solidária – CDT/UnB/ UNITRABALHO
- Instituto Marista de Solidariedade - Projeto Nacional de Comercialização Solidária
- Núcleo de Solidariedade Técnica - SOLTEC/ UFRJ
- Laboratório de Informática para a educação LpE/ UFRJ
- Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária (NESOL) – USP/ Rede Brasileira de Bancos Comunitários
- Programa Nacional de Educação Popular em Saúde do Ministério da Saúde
- Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs)
- Secretaria Executiva do FBES
- SENAES/ MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária

# **ASSESSORIA TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS**

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

### A ASSESSORIA TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

- A ASSESSORIA TÉCNICA PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA
- OS DESAFIOS E AVANÇOS DO TRABALHO DA ASSESSORIA TÉCNICA
- DIRETRIZES POLÍTICO-METODOLÓGICAS PARA ASSESSORIA TÉCNICA À ECONOMIA SOLIDÁRIA
  - DIRETRIZ POLÍTICO-METODOLÓGICA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
  - DIRETRIZ POLÍTICO-METODOLÓGICA: GÊNERO E ECONOMIA FEMINISTA
  - DIRETRIZ POLÍTICO-METODOLÓGICA: PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA
  - DIRETRIZ POLÍTICO-METODOLÓGICA: TECNOLOGIA SOCIAL

### TEMAS DE ASSESSORIA TÉCNICA: SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

- QUALIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS
- REDES PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS
- ELABORAÇÃO DE PROJETOS
- BANCOS COMUNITÁRIOS E FUNDOS SOLIDÁRIOS
- FORMALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS
- COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO
- SOFTWARE LIVRE E INCLUSÃO DIGITAL
- CONTABILIDADE PARA EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

### AÇÃO – REFLEXÃO – AÇÃO. DESAFIOS QUE SE APRESENTAM.

- AÇÃO: ORGANIZAÇÃO EM REDE DOS EDUCADORES (AS) DE ES
- REFLEXÃO: DIALOGANDO COM AS METODOLOGIAS PARA ALÉM DESTA CARTILHA
- AÇÃO: DESAFIOS A SEREM INCORPORADOS AO PPP

# APRESENTAÇÃO

Com esta publicação desejamos disponibilizar mais um subsídio para a formação de educadoras-es.

O conteúdo aqui apresentado é parte da Oficina Nacional sobre Metodologias de Assessoria Técnica para Empreendimentos Solidários, que o CFES Nacional realizou no ano de 2011. Junto às elaborações desta oficina trazemos reflexões e acúmulos produzidos em diferentes momentos pelo movimento de Economia Solidária. Na Oficina foram desenvolvidos temas em torno das diretrizes político-metodológicas indicadas pela Conferência Nacional sobre Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária e de aspectos da assessoria técnica indicados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Para realizar esta atividade, que aconteceu em dois módulos, contamos com a contribuição de diversas organizações que socializaram suas experiências sobre:

- qualificação de produtos e serviços,
- redes produtivas solidárias,
- elaboração de projetos,
- bancos comunitários e fundos solidários,
- formalização de empreendimentos da economia solidária,
- comércio justo e solidário,
- software livre e inclusão digital,
- contabilidade para empreendimentos da economia solidária,
- gênero,
- segurança e saúde do-a trabalhador-a,
- pedagogia da alternância,
- tecnologia social,
- desenvolvimento territorial.

03

05

06

06

10

11

12

14

17

18

23

32

40

47

53

59

65

70

71

76

80

Para iniciar, apresentamos algumas reflexões sobre a opção de trabalharmos com assessoria técnica e contribuições para avançarmos nas diretrizes político-metodológicas que resultaram da I Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica.

Na segunda parte, trazemos os oito temas sobre assessoria técnica desenvolvidos na Oficina, havendo uma breve descrição, algumas reflexões, orientações e desafios.

Na terceira parte, trazemos uma contribuição aos processos de organização em rede e considerações sobre o trabalho de assessoria técnica em economia solidária, incluindo alguns desafios para o nosso Projeto Político Pedagógico.



## A ASSESSORIA TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

A formação e a assessoria técnica são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à Economia Solidária:

- por meio da apropriação/tradução de conhecimentos,
- pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias,
- pela construção e fortalecimento de cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação.

Formação e assessoria técnica envolvem a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos (as) trabalhadores (as) da Economia Solidária e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida.

**Esta compreensão sobre formação e assessoria técnica em economia solidária foi elaborada na Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica, em 2010, onde entende-se que a assessoria técnica não está dissociada da formação e que as duas abordagens compõem a educação em economia solidária.**

### **ASSESSORIA OU ASSISTÊNCIA**

Em algumas atividades formativas realizadas pelo projeto CFES o debate sobre assessoria técnica esteve presente. Durante o Seminário Nacional de Assistência Técnica, por exemplo, havia três termos em debate: assistência, cooperação e assessoria técnica.

A reflexão crítica em torno dos termos assessoria e assistência remete a:

- Assistência parte da prerrogativa que existe uma relação vertical entre aquele que oferece um serviço e outro que recebe. Desse modo, remete a relações de paternalismo, dependência, passividade, tutela, dominação, auxílio, hierarquia.
  - Assistência também pode ser entendida como consultoria: presta-se simplesmente um serviço pontual, sem uma relação mais profunda com o grupo com o qual está se trabalhando.
  - A questão, para além do termo, está na relação que se estabelece durante o processo de acompanhamento a um grupo.
- A assessoria, enquanto termo, é mais adequada para expressar uma relação educativa baseada na autogestão, autonomia, postura proativa e na equidade.
- O trabalho educativo em assessoria precisa apreender a realidade do grupo e seu entorno, suas contradições e as alternativas de sua superação, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e da autogestão.
- A dinâmica da (o) educador (a) que trabalha com assessoria técnica deve provocar, questionar, mediar, problematizar, realizar uma mediação entre a relatividade do “saber técnico-científico” e a valorização do “saber popular”.

**Na economia solidária afirmamos que todo processo educativo (formação e assessoria técnica) devem ser contextualizados e desenvolvidos de acordo com a realidade local e específica do território onde se inserem as comunidades. O planejamento deve ser realizado de maneira conjunta com as(os) participantes: empreendimentos, entidades e gestão pública.**

## DIRETRIZES POLÍTICO-METODOLÓGICAS

Na I Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica, realizada em 2010, se discutiu e se reafirmou um conjunto de diretrizes e prioridades para a formulação de uma política pública da Economia Solidária. Assim, o trabalho dos (as) educadores (as) na prática de formação e assessoria técnica deve considerar as diretrizes político-metodológicas definidas na Conferência:

- *Princípios e valores da Economia Solidária e da Educação Popular;*
- *Desenvolvimento participativo de metodologias que reconheçam, validem e certifiquem os saberes dos (as) trabalhadores (as);*
- *Reconhecimento da experiência prática dos (as) trabalhadores (as) sujeitos portadores de saberes;*
- *Valorização do acúmulo e pluralidade de iniciativas no campo da assessoria técnica em Economia Solidária buscando articulá-las;*
- *Resgate e valorização dos acúmulos da “Pedagogia da Alternância”;*
- *Articulação com as ações e políticas públicas de fomento e apoio à Economia Solidária, como, por exemplo, as Incubadoras de Economia Solidária, e programas e projetos de assessoria técnica, entre outros;*
- *Desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas à autogestão dos empreendimentos da Economia Solidária;*

- *Formação continuada e permanente dos (as) - educadores (as);*
- *Realização de processos estruturados de avaliação e sistematização das práticas e experiências com fim de socialização das mesmas;*
- *Reconhecimento das experiências desde o local como estratégia de reorganização social, econômica, política, cultural e ambiental;*
- *Promoção da saúde, segurança, qualidade de vida dos (as) trabalhadores (as), suas famílias e comunidades;*
- *Construção do conhecimento deve levar em conta uma relação respeitosa com os demais seres vivos, reconhecendo a dimensão ecológica;*
- *Utilização da pesquisa participativa como referência na construção do conhecimento;*
- *Reconhecimento e diálogo com a diversidade política, econômica e cultural do movimento da Economia Solidária;*
- *Constituição da rede nacional de educadores-as;*
- *Consolidação e a estruturação dos fóruns locais de Economia Solidária como forma de fortalecimento do movimento de Economia Solidária.*

Buscando contribuir para que estas diretrizes se incorporem cada vez mais na prática educativa da economia solidária, apresentamos algumas reflexões em torno do desenvolvimento territorial, gênero, tecnologias sociais, saúde e segurança no trabalho e pedagogia da alternância. Temos ainda um exercício coletivo a fazer: aprofundar as reflexões sobre as demais diretrizes.

## DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL<sup>1</sup>

A ideia de desenvolvimento como progresso é uma construção moderna que destaca a utilização mais eficiente das capacidades humanas e dos bens naturais disponíveis para a satisfação de necessidades, a realização de desejos e a viabilização do conforto. Nesse sentido, o desenvolvimento tem sido limitado à sua dimensão econômica (produção de riquezas), tendo por base o progresso técnico-científico e o consumo de bens e serviços como medida. Os parâmetros ou indicadores de desenvolvimento têm sido o PIB (Produto Interno Bruto) e o PIB per capita (a divisão matemática do PIB pelos habitantes de um país). A concepção reducionista de desenvolvimento, fundada no crescimento econômico, omite ou esconde as principais contradições geradas pelo modelo de desenvolvimento capitalista excludente e concentrador, que gera uma sociedade onde as diferenças sociais e territoriais são cada vez maiores, seja em escala nacional seja internacional. Por outro lado, o enfoque territorial do desenvolvimento aposta na integração de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas.

Podemos identificar três tipologias de territórios<sup>2</sup>:

- territórios “**naturais**” - bacias e microbacias hidrográficas, biomas e ecossistemas, áreas de preservação ambiental, zonas agroecológicas, etc.;
- territórios “**étnicos ou culturais**” - áreas indígenas, quilombolas, outras áreas de formações culturais específicas;

<sup>1</sup> Facilitadores: Regilane Fernandes, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e Daniel Tygel da Secretaria Executiva do FBES.

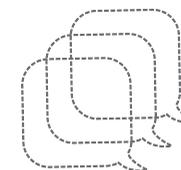
<sup>2</sup> Algumas concepções, baseado no Caderno 6 Cáritas.

- territórios de **referência de políticas públicas**, identificados ou produzidos para facilitar ou potencializar a execução de políticas públicas, como os consórcios municipais (de saúde, de segurança alimentar, etc.), as mesorregiões, os territórios de desenvolvimento rural, os pólos e distritos industriais ou agroindustriais, os distritos urbanos ou regiões metropolitanas, etc.

Sob qualquer enfoque, a territorialidade é um espaço de disputa de poder. A disputa territorial se dá em razão de interesses onde se propõem projetos diferenciados de desenvolvimento. Como a Economia Solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento, enfrenta essa disputa no território?

## GÊNERO E ECONOMIA FEMINISTA<sup>3</sup>

Para refletir sobre esta diretriz é necessário partir do olhar sobre o papel/ lugar da mulher e do homem na sociedade e na lógica predominante da divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, o espaço do feminino sempre esteve atrelado à reprodução humana, ao trabalho doméstico e aos cuidados com o lar, filhos, marido, comunidade, enquanto o espaço masculino está relacionado como trabalho produtivo, à esfera política e ao espaço público. O desafio para processos educativos está em abordar os temas, as discussões e problemáticas indicadas a seguir:



<sup>3</sup> A discussão sobre gênero e Economia Solidária como diretriz político metodológica foi moderado por Estela Mari Kurschner Vilanova da organização Guayú – Projeto NEATES/RS - Núcleo Estadual de Assistência Técnica em Economia Solidária.

- A discussão sobre gênero é transversal e como educadoras (es) o papel é explicar esse debate nos espaços de atuação.
- Refletir sobre qual olhar nós, homens e mulheres, estamos posicionando e nos comportando nos coletivos os quais fazemos parte (empreendimentos, organizações, instituições).
- O modelo de sociedade proposto pela Economia Solidária em contraponto ao modelo vigente nos desafia também no que diz respeito à relação de gênero?
- Como lidar com os problemas gerados no processo de emancipação da mulher nas diversas esferas (família, casa, trabalho, política, economia)?

## PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA<sup>4</sup>

A Pedagogia da Alternância é uma metodologia vinculada à perspectiva de Educação Popular que consiste nos princípios de ação-reflexão-ação. Aparece forte através de um movimento histórico que se expressa a partir das Escolas Família Agrícola (EFA) e da Educação do Campo.

A Pedagogia da Alternância relaciona-se com a proposta de Jean Piaget do “fazer para compreender”, ou seja, primeiro praticar para depois teorizar sobre a prática. A teoria está sempre em função de melhorar a qualidade de vida.

Na Pedagogia da Alternância o primeiro ambiente é o familiar e a realidade onde se vive, interagindo com a escola, o (a) educando(a)

compartilha os múltiplos saberes que possui com os demais de maneira reflexiva; e, relaciona o conhecimento e a prática na sua comunidade. No caso da educação junto aos movimentos sociais, a ação-reflexão-ação contribui para avançar no projeto político e orientar a ação com base na reflexão e conhecimentos produzidos a partir da prática.

A experiência das EFAs alterna o tempo do estudante na escola, com o tempo do estudante na família, no campo, na comunidade: tempo escola e tempo comunidade.

### Experiência da Escola Família Agrícola:

A reflexão sobre o campo no Brasil surge a partir da década de 40, sendo que na década de 60 começam as primeiras iniciativas de EFAs. A sua progressiva aceitação resulta na existência de 160 escolas EFAs no Brasil, organizadas em duas redes. O movimento realiza encontros anuais e se articula em escala mundial.

Entre os aspectos metodológicos destacam-se:

- *A construção do saber a partir da pesquisa na comunidade discutida na escola;*
- *O (a) educador (a) na alternância é um animador e não um professor: conhece e convive com a comunidade.*
- *A construção do saber supõe uma alternância entre o conhecimento do aluno e o saber do educador.*

**Alternância é uma proposta que vai além do ensinar e aprender, é uma proposta para ler o mundo.**

<sup>4</sup> João Batista (CEFFA - Trabalha há 17 anos com famílias agrícolas com a Pedagogia da Alternância) e Érica Sagae (Fórum Educação do Campo).

## TECNOLOGIA SOCIAL<sup>5</sup>

As tecnologias sociais são definidas como “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”<sup>6</sup>. A tecnologia na perspectiva da Economia Solidária deve ser vista como um meio de transformação social para um novo modelo de sociedade, não como um processo de simples inserção no sistema capitalista atual. A tecnologia social percorre as experiências desenvolvidas nas comunidades urbanas e rurais, nos movimentos sociais, nas universidades. Esses atores produzem métodos, técnicas ou produtos que contribuem para a inclusão e a transformação social, especialmente quando se compartilha o saber popular e o conhecimento científico.

**Desafios:** Por trás do conceito de tecnologia social, que afirma seu papel transformador, existem diferentes enfoques que podem ser complementares ou contraditórios. Por exemplo: a tecnologia alternativa, ou apropriada, que produz as cisternas de captação de água, é transformadora de uma situação de risco que é a sede. Assim, as tecnologias podem ser transformadoras à medida que incorporam metodologias de organização social que alteram o quadro político de dependência.

<sup>5</sup> Facilitadores: Alan Tygel do Núcleo de Solidariedade Técnica - SOLTEC/ UFRJ e Ricardo Julián do Laboratório de Informática para a educação LIPE/ UFRJ

<sup>6</sup> Significado retirado de: ITSBRASIL. Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS. 2004: 26).

## SAÚDE DA(O) TRABALHADOR(A)<sup>7</sup>

Algumas constatações:

- O modelo de saúde que temos hoje é um “modelo de doença”: saúde – remédios – indústria farmacêutica. As políticas de saúde estão ligadas ao modelo ideológico dominante.
- A própria política pública em saúde para trabalhadoras-es não dá conta de gênero, etnia, raça, costumes, etc.
- Os (as) próprios (as) trabalhadores (as) não incluem o tema saúde individual e coletiva no seu processo produtivo.

Algumas pistas:

- Necessidade de recuperar os saberes populares não só curativos, mas preventivos.
- Nosso papel como educadoras(es) é ter uma visão ideológica e garantir os espaços de participação popular e incorporar a discussão como algo central.
- Há práticas tradicionais que não se enquadram na legislação atual brasileira e há muitas outras que se perderam, como o trabalho das parteiras.
- Valorização e expansão da agroecologia e saúde popular, assim como o resgate do papel das Redes de Farmácias Populares.

<sup>7</sup> Facilitadora: Theresa Cristina de Albuquerque Siqueira (Programa Nacional de Educação Popular em Saúde do Ministério da Saúde).



### Alguns desafios:

- *A saúde do (a) trabalhador (a) está ligada à relação capital x trabalho. Isto tem levado a diversos mecanismos de proteção do (a) trabalhador (a) mediante a legislação.*
- *Como se pensa a relação de trabalho sob dois aspectos: fazer produtos que façam bem à saúde e o modo de fazer que assegure condições de trabalho dignas?*
- *Como introduzir o tema da saúde dentro do processo produtivo de trabalhadoras e trabalhadores da ES?*
- *Como ampliamos a articulação da temática da saúde para dentro do movimento da ES?*
- *Como garantimos o acesso de trabalhadores (as) aos serviços de qualidade do SUS?*



## TEMAS DE ACESSORIA TÉCNICA: SOCIALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

## QUALIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS<sup>8</sup>

### O QUE É UM PRODUTO E UM SERVIÇO

Os empreendimentos produzem produtos ou oferecem algum tipo de serviço. Os produtos vêm da sabedoria popular, de um aprender feito em comunidade, produtos de tradição ou produtos que vão aparecendo para suprir algumas necessidades.

Esses produtos fazem parte das trocas nos mercados, que muitas vezes são comunitários, locais. Outras vezes as trocas acontecem em nível municipal, regional, nacional ou internacional.

Os serviços quase sempre são produtos intangíveis, como por exemplo, os serviços de turismo comunitário ou de assessoria. Sendo ideias, processos e atuações.

### QUALIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

Estes produtos ou serviços precisam muitas vezes de qualificação dos seus **componentes**, ou seja, das características do produto ou serviço para perceber se representa o que se quer oferecer.

O processo de qualificação dos produtos é específico para cada empreendimento, pois pensar no como e no que é preciso ser

<sup>8</sup>Facilitadores: Incubadora Social e Solidária – CDT/UnB. Além disto algumas informações estão baseadas na Apostila de Desenvolvimento de Produto da mesma incubadora (Silva, Hyrla M. O. S. Desenvolvendo seu Produto. CDT/UnB - Brasília, 2011).

ser aprimorado depende das necessidades particulares dos grupos. Existem diversos modelos para aprimorar a qualificação, mas alguns aspectos são comuns a todos os produtos.

Os empreendimentos devem fazer constantemente uma verificação dos seus processos para poder planejar, monitorar qual a forma, função, qualidade do produto que o empreendimento produz.

Assim, o que se espera é que, ao final, o produto represente realmente a cara do empreendimento e esteja aprimorado.

Um produto é o resultado de atividades de processos produtivos e pode ser classificados em **categorias**:

- produtos resultantes de processos predominantemente manuais
- produtos resultantes de processos predominantemente industriais.

Os produtos **predominantemente manuais** são, por exemplo, o artesanato, a arte popular e outros produtos de trabalho manual.

Os **predominantemente industriais** são os semi-industriais e os industriais. Os semi-industriais são aqueles que são feitos com o auxílio de máquinas e não são produzidos em grande escala. Os produtos industriais são aqueles produzidos de forma idêntica, padronizada, em grande escala e em série.

### COMPONENTES DO PRODUTO

Os componentes definem as características relacionadas ao produto, como seus atributos, benefícios, cores, embalagem e a marca.

Para trabalhar uma metodologia de qualificação de produtos, seus componentes devem ser tratados separadamente, mas planejados

conjuntamente de maneira sistemática, o que quer dizer: pensar no produto como um todo.

São sete os componentes ou variáveis a serem considerados:



**Forma:** são características referentes à aparência física do produto, como formato, dimensões, peso e materiais.

**Características sensoriais:** as informações dos produtos que são percebidas mais fortemente com os sentidos (tato, olfato, paladar, visão, audição) são chamadas de características sensoriais, como texturas, cheiro, sabor, cor e sons.

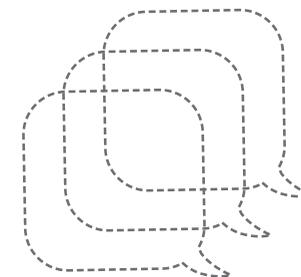
**Funções:** as funções dos produtos se tornam mais perceptíveis à medida que as pessoas se relacionam com os objetos.

**Qualidade:** para um produto ter qualidade, este deve estar adequado ao seu uso, atender às especificações técnicas, aos padrões que o grupo estabelece para o seu produto.

**Design:** o design é uma ferramenta para melhorar o propósito do produto, a sua estratégia de venda e o sistema em que se insere. No desenho de um produto devem ser considerados não só os aspectos econômicos e estéticos, mas também ambientais e sociais de cada produto para que o design seja sustentável. Devem se respeitar as características das comunidades, seu ritmo próprio, desenvolver produtos que a representem de fato, que sejam legítimos.

**Marca:** é o nome e símbolo que diferencia e identifica um produto. A marca de um produto representa o que o empreendimento pretender comunicar sobre ele, as qualidades e valores. Esta marca pode ser expressada em qualquer imagem ou sinal que permita sua identificação ou associação a alguma coisa.

**Embalagem:** armazena o produto e pode ter várias funções, como proteção, promoção, apresentação (presente, símbolo), informação (legislação, composição do produto), armazenamento ou transporte. Na medida das possibilidades, os empreendimentos devem pensar as embalagens dos produtos de maneira sustentável e que dialoguem com a realidade local.



## ALGUMAS AFIRMAÇÕES E DESAFIOS

- A finalidade da qualidade de um produto é garantir a vida nos seus diferentes aspectos. Um produto está sempre relacionado a uma necessidade e não à criação de novas necessidades.
- Os componentes de um processo são diferenciados quando o produto é manual ou industrial. No processo industrial fordista\*, quem faz uma parte não sabe da outra. Quando os produtos forem majoritariamente industriais será preciso reformular o processo produtivo e seus métodos de verificação da qualidade dos produtos. A própria reestruturação empresarial das multinacionais reconstrói processos industriais e métodos de avaliação da qualidade dos produtos, descentralizando as plantas das fábricas, terceirizando produção de componentes, flexibilizando padronizações e linhas de montagem, criando formas simbólicas de participação das (os) trabalhadoras (es), com a ótica da “Qualidade Total”. Um grande desafio para a Economia Solidária, sobretudo das empresas recuperadas que assumem grande contingente de trabalhadora (es): é possível estruturar métodos de gestão coletiva do trabalho em que a preocupação com a qualidade esteja presente em todo o processo?
- Existe o desafio da produção de alimentos para atender aos programas PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), assegurando o direito da agricultura familiar ofertar até 30% da demanda de merenda escolar. Para isto é necessário que os produtos estejam melhor qualificados; mas também que reafirmem que a alimentação, mais do que uma mercadoria, é um direito.

## REDES PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS<sup>9</sup>

Para iniciar este tema, pensemos nas três perguntas a seguir:

- A. Quais situações que revelam a necessidade de criação de uma rede de Economia Solidária?
- B. Quais valores, princípios e fundamentos para a criação de uma rede?
- C. Quais as condições essenciais para a inserção em uma rede de Economia Solidária?

A palavra “rede” do modo corriqueiramente utilizado nos remete a tessitura de fios, que emaranhados resultam em uma colcha.

Redes surgem da necessidade e da vontade das instituições e/ou sujeitos que dela participem, do sentimento de pertencimento de composição de um coletivo (que por sinal se caracteriza em um dos maiores desafios das redes sociais). Ou seja, as redes não podem surgir como uma proposição externa, mas como uma necessidade sentida pelas (os) envolvidas (os), da sua localização territorial, da adesão livre, espontânea e garantida por parte de seus integrantes, dos princípios defendidos por esta rede. De um lado, a constituição e sustentabilidade de uma rede depende da existência de uma necessidade de um grupo. Do outro, é fundamental que a rede carregue em seu âmago princípios e práticas que contemplem a formação de novos sujeitos antenados com os pressupostos defendidos: autogestão e auto-organização, nivelamento/

<sup>9</sup>Facilitadora: Marialda Moura, integrante da Associação de apoio às comunidades do campo do Rio Grande do Norte (AACC-RN) e do Núcleo Estadual de Assistência Técnica em Economia Solidária (NEATS RN)

horizontalidade nas relações sujeito/ sujeito ou Instituição /Instituição.

Desse modo, a rede não deve ser dependente de uma ou outra instituição e/ou sujeito para realizar uma ação, mas, sim, na concepção de uma codependência: precisa-se do (a) outro (a) e não necessariamente depender da ação do (a) outro (a) para agir.

Partindo desse pressuposto, cada indivíduo e ou instituição se faz presente em uma rede devido aos princípios, porém se perpetua na mesma através das ações.

## RETOMANDO AS QUESTÕES INICIAIS

### A. Quais situações que revelam a necessidade de criação de uma rede de Economia Solidária?

- Contextos nos quais uma Rede se propõe a incidir: político, social, ambiental, econômico.
- Necessidade de comercialização: juntar para comercializar os produtos da Economia Solidária, como forma permanente de autogestão. Acesso a mercados em forma de rede, que favorecem a redução de impactos de custos e diversifiquem a oferta produtos.
- Enfrentamento que leve à incidências políticas contra os grandes empresários do agronegócio e latifúndio.
- Troca de saberes sobre técnicas de produção/assessorias e metodologias utilizadas.
- Grandes áreas de monocultura e produção com agrotóxico, que expulsam o (a) agricultor (a) familiar de sua realidade. Privação de direitos.

- Resgate e fortalecimento de identidades culturais.
- Necessidade de novas relações.
- Realidade da violência a que são submetidas as pessoas especialmente as crianças, população afrodescendente, mulheres e comunidade LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e simpaticantes).
- Concentração de renda.
- Necessidade de organização em rede do (as) educadores (as) de economia solidária.

### B. Quais valores, princípios e fundamentos para a criação de uma rede?

- Valorização dos processos educativos contextualizados na Rede: formação política.
- Democracia participativa e autogestão em todos os espaços: autodeterminação dos (as) envolvidas (os); propiciar condições de igualdade no contexto de organização, dinâmica e fortalecimento da rede; valorização da gestão participativa de processos (transparência).
- Envolvimento com as questões ambientais, sociais de gênero e as relações de trabalho.
- O “não” distanciamento das suas bases.
- Combate à violência sexista: divisão equilibrada e igualitária do trabalho.

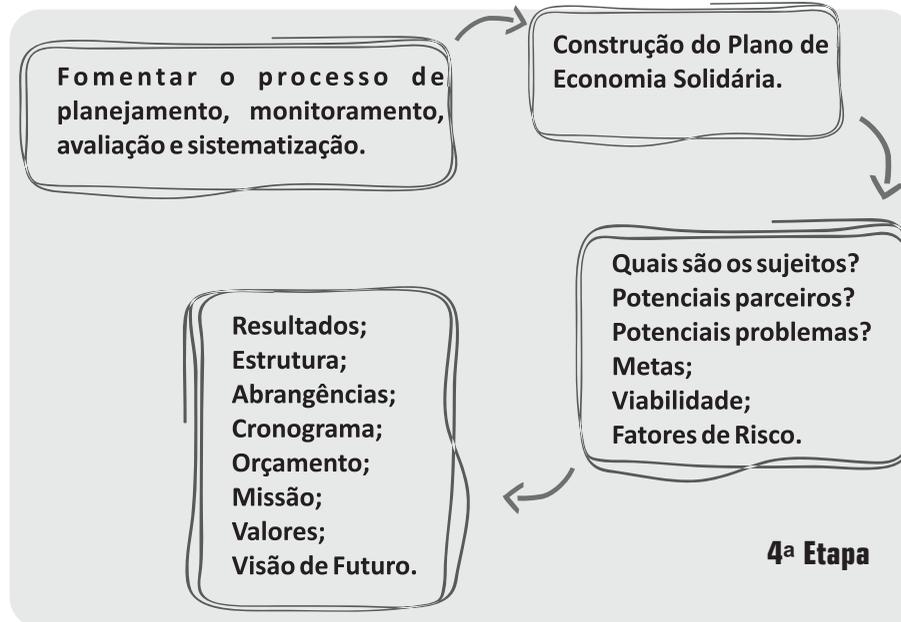
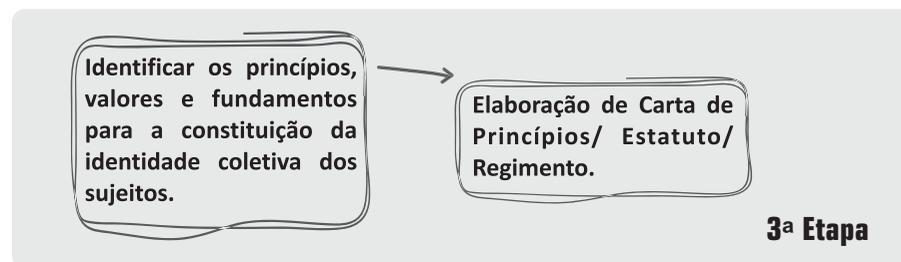
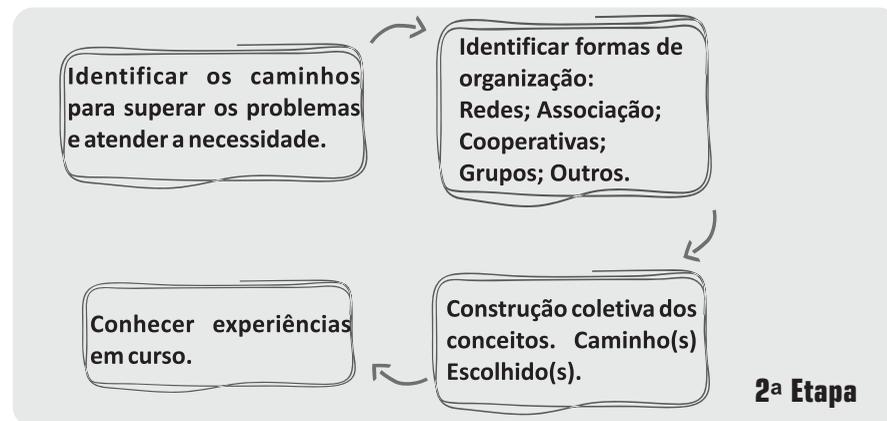
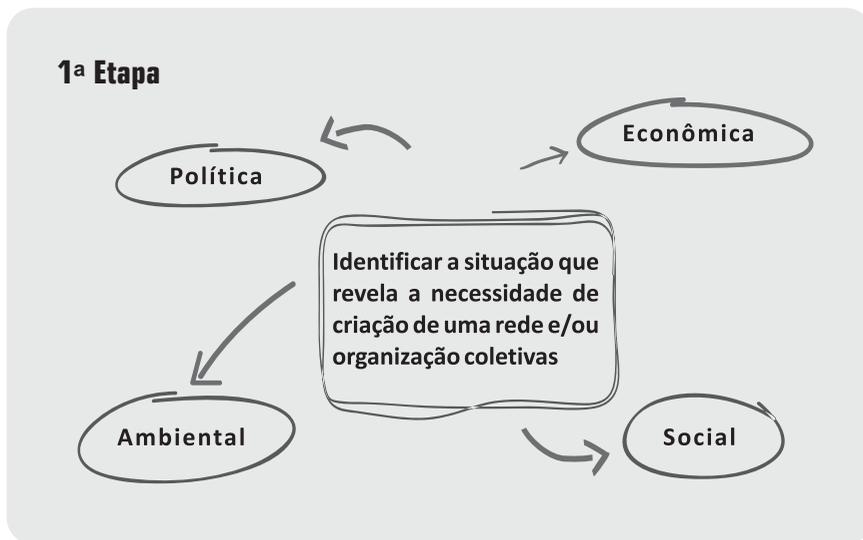
### C. Quais as condições essenciais para a inserção em uma rede de Economia Solidária?

- Participação em espaços de atuação/construção política da ES: Fóruns e outros espaços.

- Ter conhecimento e vivência/prática dos princípios da Economia Solidária.
- Participar de espaços de formação.
- Discursos coerentes com as práticas.
- Descentralização das informações.
- Ações coletivas para mudanças de práticas/conduitas contrárias a ES.
- Adesão a Carta de Princípios/estatuto da Rede.

## UM CAMINHO PARA TRABALHAR COM REDES SOLIDÁRIAS

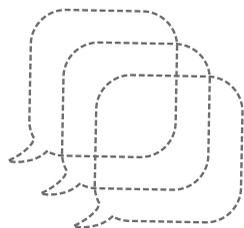
Este caminho apresenta quatro etapas para criar e trabalhar com redes solidárias:



**TRILHANDO O CAMINHO:**  
EXEMPLO DE DUAS REDES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Rede Xique-xique de Comercialização Solidária é uma articulação de trabalhadores (as) urbanos (as) e rurais, que seguem os princípios da agroecologia, do feminismo e da Economia Solidária. Está composta por 12 núcleos municipais da rede (Mossoró, São Miguel do Gostoso, Baraúna, Messias Targino, Janduís, Grossos, Tibau, Felipe Guerra, Upanema, Serra do Mel, Governador Dix-Sept Rosado e Apodi), instituições parceiras (ONGs) e Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

A Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) em 2011 é composta por 41 incubadoras, cujo objetivo é apoiar a formação e consolidação de empreendimentos de Economia Solidária, bem como prestar assessoria e formação a grupos já consolidados. A Rede nasceu em 1998 com seis incubadoras (UFRJ, UFC, USP, UFPR, UNEB, UFRPE), inspiradas no trabalho da ITCP nascida na Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da UFRJ e cuja experiência disseminou-se nos anos seguintes por todo Brasil.



	REDE XIQUE-XIQUE	REDE ITCPs
<b>NECESSIDADE</b>	Organizar um espaço para comercialização dos produtos oriundos do trabalho dos agricultores da região de abrangência da Rede.	Propiciar à população marginalizada socialmente acesso ao conhecimento produzido pela universidade (professores, estudantes, pesquisadores e profissionais), bem como formação de agentes para incubação de iniciativas populares.
<b>IDENTIDADE DA REDE</b>	Economia Solidária, fortalecimento e articulação dos grupos produtivos no processo de organização, produção e comercialização.	Incubadoras universitárias tecnológicas de cooperativas tecnológicas.
<b>AFINIDADE</b>	Agroecologia, Feminismo e Economia Solidária.	Produção de conhecimento e simultaneamente ação no meio social e formação de pessoas.
<b>BRAÇO JURÍDICO</b>	Atualmente apenas a Associação “criada” pela rede possui.	Encontra-se em discussão formalização da Rede.
<b>FUNDAMENTOS</b>	A Associação se constitui enquanto braço jurídico.	As universidades se constituem enquanto braço jurídico das incubadoras.
<b>FUNDO COLETIVO</b>	A depender do núcleo não existe.	Pagamento de anuidade no valor de um salário mínimo.

	REDE XIQUE-XIQUE	REDE ITCPs
<b>DIFICULDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A construção coletiva e permanente da consciência agroecológica, feminista e da Economia Solidária;</li> <li>- apropriação de todos os grupos sobre o processo e de importância do Sistema Participativo de Garantia;</li> <li>- a certificação participativa dos produtos dos grupos da Rede;</li> <li>- a consolidação da comercialização através das feiras da agricultura familiar;</li> <li>- acesso e expansão para novos mecanismos;</li> <li>- o fortalecimento da comercialização solidária;</li> <li>- a permanente assessoria técnica junto aos grupos (ainda não existe assessoria técnica em Economia Solidária);</li> <li>- o processo constante de formação política.</li> </ul>	<p>Propiciar à população marginalizada socialmente acesso ao conhecimento produzido pela universidade (professores, estudantes, pesquisadores e profissionais), bem como formação de agentes para incubação de iniciativas populares.</p>

## ALGUMAS AFIRMAÇÕES E DESAFIOS



- Um dos elementos fortes que asseguram e dão sustentabilidade às redes são seus “nós”. Esses “nós” representam grupos fortes e estáveis, ou instituições que seguram, de certa forma, os pontos nodais de uma rede. Há necessidade de um aprofundamento entre a relação dos nós (ou pontos fortes da rede) com a rede, de forma que eles não venham a ser dominantes e afoguem o conjunto de participações.
- Se a rede representa um conjunto de sujeitos que aderem voluntariamente e assumem uma relação de pertencimento, é fundamental a construção de uma carta de princípios e compromissos de adesão dos sujeitos.
- Os métodos de planejamento da ação das redes devem seguir propostas que garantam flexibilidade e adequadas à metodologia de construção coletiva.
- Há uma distinção relativamente grande entre redes de atividades produtivas e redes de incidência política ou de apoio. As assessorias técnicas para esses diferentes tipos de redes devem levar em conta a dose adequada entre as questões técnicas, que nas atividades produtivas são maiores, e as assessorias político-pedagógicas, que são maiores nas redes de apoio ou de incidência política.
- Existe um desafio entre a perspectiva de redes que são, necessariamente, concepções horizontais onde cada sujeito coletivo se autodetermina e as estruturas de representação política que exigem certa verticalidade (nível local, estadual, nacional) de representação eleita que reduz a possibilidade da democracia direta, participativa.

- É necessário assegurar uma relação entre as chamadas redes de comunicação virtual, que nos permitem muito rapidamente relações com uma enormidade de pessoas, e que podem vir a fortalecer as articulações intra e entre as redes, mas que não substituem processos educativos de intercâmbios, de mobilizações presenciais.
- A Economia Solidária se afirma como autogestão em cada empreendimentos, mas também de autogestão em redes e cadeias produtivas. Cada vez mais as “representações” dos segmentos produtivos, ou de assessorias ou de gestores públicos nos fóruns, vão sendo feitas por redes e diminuindo a representação por organizações e grupos isolados.

## ELABORAÇÃO DE PROJETOS<sup>10</sup>

Projetos, em diversas perspectivas, são executados em todas as organizações. Têm-se projetos de pequeno, médio e grande portes e de naturezas diversas, dependendo do tipo de organização e das suas finalidades.

<sup>10</sup> Facilitadora: Rogenir Almeida Santos Costa. Gerente de Programas para o Brasil na Catholic Relief Services, educadora popular, bacharel em Direito pela UFMA, especialista em desenvolvimento local sustentável pelo Centro Internacional de Formação da OIT e em gerenciamento de projetos pelo ISAN/FGV. Integrou a Coordenação do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão, de 2006 a 2009. Fez parte da Coordenação da I, II e III Feira de Economia Solidária do Maranhão e também da I Conferência Estadual de Economia Solidária do Maranhão.

De acordo com o PMBoK,<sup>11</sup> projeto é “um conjunto planejado de atividades inter-relacionadas e coordenadas para atingir certos objetivos específicos, através de um dado orçamento, e num determinado período de tempo”.

A gestão de um projeto requer o permanente equilíbrio de três elementos fundamentais: escopo,<sup>12</sup> custo e prazo. Dito de outra forma, ao longo do desenvolvimento de um projeto faz-se necessário agir para que o mesmo seja coerente com seus objetivos, com o orçamento previsto e com o cronograma de execução.

### Como surge um projeto?

Um projeto surge para enfrentar um determinado problema e gerar uma transformação na realidade que se propõe a enfrentar. No dia a dia das organizações, os projetos vão surgindo de diferentes maneiras: para responder a um edital; para viabilizar uma ideia; para atender a uma necessidade, etc. Contudo, todos os projetos têm em comum a busca de uma alteração na realidade ou no ambiente onde serão executados.

### QUEM E COMO PARTICIPAR

Projetos são executados por equipes que se relacionam com vários grupos ou pessoas interessadas nos seus objetivos. Um projeto bem sucedido resulta de uma combinação de decisões, estratégias e ações eficazes. Um desafio é garantir que o projeto tenha êxito, ou seja, que

<sup>11</sup> PMBoK – Project Management Book of Knowledge (Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos), elaborado pelo Project Management Institute – PMI.

<sup>12</sup> Escopo de um projeto, na linguagem do gerenciamento de projetos, significa o trabalho que deve ser realizado para entregar um produto, serviço ou resultado com as características e funções especificadas.

alcance seus objetivos e resultados e promova, assim, os resultados pretendidos. Inúmeros fatores irão influenciar para que isso ocorra. Porém, um fator importante é garantir que o projeto seja bem fundamentado e que seja fruto de um processo coletivo.

Outra questão a se considerar é como se dá a participação das pessoas na elaboração e gestão dos projetos. Na dinâmica cotidiana, o ativismo costuma atropelar os processos de construção coletiva. Muitas vezes, aquela tarefa é delegada a poucos, o que provoca inúmeros problemas na etapa de execução, podendo comprometer a efetividade do projeto.

### UMA FERRAMENTA DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Existem várias ferramentas de apoio à elaboração de projetos. Uma opção é a Metodologia do Quadro Lógico – MQL.<sup>13</sup> Se usado corretamente esse instrumento oferece algumas vantagens: favorece o diálogo e a concertação entre diversos atores, nos vários níveis; facilita a abordagem participativa na elaboração das estratégias de desenvolvimento local, dos programas e projetos; ajuda a definir prioridades e objetivos de acordo com os problemas; facilita a interação e a continuidade entre a estratégia de desenvolvimento local (plano) e as iniciativas de desenvolvimento (programas e/ou projetos); ajuda a realizar uma análise sistemática e lógica de problemas e elementos chave que estão inter-relacionados, apoiando o monitoramento e facilita a comunicação com a maior parte dos financiadores.

<sup>13</sup> Essa metodologia é conhecida também como metodologia do Marco Lógico e é a mais usada pelas organizações da Cooperação Internacional que atuam no Brasil. As características, as vantagens e as definições da MQL expostas nesse texto foram extraídas, em grande parte, do Guia prático para desenhar e formular projetos a nível local do Centro Internacional de Formação da OIT.

O uso dessa ferramenta parte de uma análise da realidade onde se quer atuar. Isso deve ser feito a partir da construção de uma árvore de problema, que será estruturada pela exata definição e explicação do problema que se quer enfrentar. Depois de selecionado o problema, é feita a identificação das causas e, posteriormente, das suas consequências. Visualizando o desenho de uma árvore, o problema pode ser escrito no tronco, os efeitos ou consequências nos galhos e as causas nas raízes.

Depois de construída coletivamente, a árvore de problema deve se transformar em uma árvore de objetivos, ou seja, todas as formulações de problema, efeitos e causas podem ser redigidas como gostaríamos que fossem transformados. Por exemplo, o problema selecionado torna-se o fundamento para a nova realidade que se pretende alcançar, ou seja, transforma-se no objetivo geral ou finalidade do projeto.

### CONSTRUÇÃO DA MATRIZ DA METODOLOGIA DO QUADRO LÓGICO

Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Hipóteses de Risco
<b>Objetivo Geral</b>			
<b>Objetivo específico</b>			
<b>Resultados</b>			
<b>Atividades</b>			
<b>Recursos</b>			

**DEFINIÇÕES  
IMPORTANTES PARA  
A CONSTRUÇÃO DO  
PROJETO:**

**Problemas** devem ser formulados apontando para possíveis soluções: Evitar formulações como “falta de” ou como algo sobre o qual nada se pode fazer em nível local.

**Objetivo geral** (de desenvolvimento ou global) representa o objetivo de longo prazo para o qual o programa e/ou projeto vai contribuir.

**Objetivos específicos** (imediatos) demonstram a alteração ou as alterações que o programa e/ou projeto vão proporcionar se for implementado com êxito e a tempo. Devem ser específicos, mensuráveis, precisos, realistas e alcançáveis no tempo.

**Resultados** são os produtos diretos, tangíveis e específicos das atividades do programa ou projeto. É preciso cuidado para não confundir resultados (bem concretos) com os objetivos (formulações mais abertas).

**Atividades** mostram o passo a passo que deve ser efetuado para produzir os resultados esperados.

**Recursos** são os meios necessários e suficientes para implementar as atividades do programa ou projeto. Incluem recursos humanos e institucionais, equipamentos, materiais, conhecimentos, fundos de investimentos, etc. É preciso cuidado para não se confundir com orçamento, que representa a distribuição dos recursos financeiros para gerar condições de execução das atividades do projeto.

**Fatores externos** (hipóteses/riscos) são situações, acontecimentos, condições ou decisões necessários que ocorram para que o projeto tenha êxito, mas que estão fora do controle do proponente do projeto.

**Indicadores** são os critérios de êxito que permitirão monitorar e avaliar o projeto.

**Meios de verificação** são os métodos aplicados para acessar as fontes de informação que permitem identificar a situação dos indicadores em dado momento do projeto.

A partir da estruturação da matriz da MQL deve-se partir para a etapa de redação do documento do projeto. Existe uma significativa variação de formatos de projetos, de acordo com a organização financiadora. Porém, é possível identificar um padrão que se aplica a praticamente todas as organizações, que se estrutura nos seguintes elementos:<sup>14</sup>

**ETAPA DE REDAÇÃO  
DO DOCUMENTO DO  
PROJETO**

**I – Folha de Resumo do Projeto:** Apesar de ser a primeira seção do projeto, deve ser a última a ser preparada. Seu conteúdo depende fundamentalmente da elaboração de toda a proposta. Contém somente as informações essenciais para a comunicação entre as partes interessadas do projeto e os financiadores.

**II - Resumo Executivo, Estrutura de Resultados e Matriz do Marco Lógico:** oferece ao (à) leitor (a) uma visão do projeto como um todo em não mais do que uma página de narrativa e contém a Estrutura de Resultados e Matriz da MQL. Fornece um resumo sucinto do projeto para as (os) leitoras (es) da proposta e pode ser usado para transmitir fatos e valores essenciais do projeto para o público externo. Deve ser naturalmente escrito para resumir informações contidas em outras partes da narrativa.

**III - Definição do Projeto:**

*Identificação e Análise do Problema:* descreve as informações centrais relacionadas ao problema que se pretende enfrentar, a partir da árvore de problemas, bem como descreve o contexto no qual o projeto será desenvolvido.

<sup>14</sup> Os elementos expostos aqui foram extraídos do modelo de proposta de projeto baseado nos formatos sugeridos por Catholic Relief Services – CRS (propack)

*Estratégia, Estrutura de Resultados e Descrição do Marco Lógico:* demonstra o encadeamento lógico da estratégia do projeto, bem como a descrição de como os resultados serão alcançados, nos vários níveis de intervenções e de mudanças pretendidas com a execução do projeto.

*Considerações sobre Sustentabilidade:* devem demonstrar que crescentes níveis de sustentabilidade serão alcançados ao longo do tempo. É importante observar na proposta quaisquer aspectos relacionados com a sustentabilidade dos benefícios antecipados pelo projeto.

**IV – Monitoramento e Avaliação:** descreve os planos para monitorar e avaliar o desempenho de indicadores e relata em que medida as metas de desempenho estão sendo atingidas. Este plano incluirá o conjunto dos eventos de aprendizagem planejados para o projeto, que deverão incluir estudos da situação inicial, atividades de monitoramento da implementação do projeto, acompanhamento de pressupostos fundamentais, registro de quaisquer situações e impactos não antecipados, avaliações de metade do período ou final e estudos eventuais, quantitativos e qualitativos.

**V - Estrutura Organizacional do Projeto e Equipe:** concentra-se nos recursos humanos e estruturas organizacionais necessárias para planejar, implementar, monitorar, avaliar, relatar e aprender.

**VI - Cronograma de Atividades:** apresenta as atividades do projeto, identifica sua sequência lógica e destaca ligações ou dependências existentes entre essas atividades. Isso é ilustrado sob a forma de um cronograma de atividades.

**VII - O Orçamento:** deve refletir detalhadamente a previsão para destinação dos recursos solicitados.

## ALGUMAS AFIRMAÇÕES E DESAFIOS

- Qualquer metodologia de elaboração e gestão de projetos deve ressaltar a importância dos processos coletivos de todos os sujeitos da organização ou rede. Não se trata apenas de um documento técnico para a obtenção de recursos financeiros, mas de uma estratégia coletiva de intervenção na realidade.
- Deve considerar também que um projeto é um meio para atingir determinados fins. Nesse sentido, o que se deve observar é se o projeto se relaciona com a missão da organização, os objetivos e os planos da cooperativa, organização, bem como com o projeto político da economia solidária.
- Todo e qualquer apoio financeiro às atividades de organização de economia solidária está inserido num mundo de interesses diferenciados, isso exige que o projeto também se adeque aos interesses da fonte de recurso. No entanto, essa adequação não pode se dissociar dos fins últimos da organização. Por exemplo: há empresas capitalistas se dispendo a financiar a economia solidária que buscam com este financiamento garantir sua cota de “responsabilidade social de empresas” com fins de redução de imposto de renda e propaganda.
- No campo de projetos de apoio a ES, temos a cooperação internacional, as campanhas e as políticas governamentais.
  - No campo da Cooperação Internacional, o apoio a projetos tem sido cada vez mais restrito e, muitas vezes, tem um alto grau de exigência técnica.

- No campo das campanhas, temos a coleta da campanha da fraternidade, a campanha da CESE e das eventuais emergências. Os roteiros de projetos são mais acessíveis e destacam processos participativos em sua elaboração.
- No campo de projetos governamentais há conquistas, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), a Lei dos Resíduos Sólidos, o SNCJ (Sistema Nacional de Comércio Justo) e o PRONAF. Porém, o apoio a projetos de fortalecimento dessas atividades está cada vez mais restrito. As exigências dos editais e chamadas públicas tendem a ser tão grandes, a exemplo do SICONV, que não só dificultam a sua realização, como levam a desvios do propósito das organizações e, como consequência, restringem os processos educativos.

## FINANÇAS SOLIDÁRIAS: BANCOS COMUNITÁRIOS<sup>15</sup> E FUNDOS SOLIDÁRIOS<sup>16</sup>

Como se resgata na cartilha Rumo à IV Plenária Nacional de ES do FBES, *o sistema financeiro no mundo e seu atual estágio de desenvolvimento em que a moeda passa a ter um valor próprio, não correspondente ao volume de produção real, transforma o mundo, sem barreiras nacionais, num grande Cassino. Cassino de apostas nas especulações das aplicações financeiras para ganhos que não correspondem ao crescimento das atividades produtivas. Daí a necessidade de outro sistema financeiro.*

<sup>15</sup> Facilitador: Diogo Jamra. Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

<sup>16</sup> Facilitador: Jaime Conrado. Assessor Cáritas Brasileira e coordenador do Projeto Fundos Rotativos Solidários.

## O QUE SÃO FINANÇAS SOLIDÁRIAS?

As finanças solidárias buscam garantir o direito das comunidades e do país à soberania de suas próprias finanças, consolidadas por meio de uma política autogestionária de financiamento de investimento dos níveis local ao nacional.

Os bancos comunitários, fundos solidários, cooperativas de crédito e outras experiências de finanças solidárias são os instrumentos e formas possíveis de organização da população para o acesso ao financiamento disponibilizado para as experiências de Economia Solidária.

## O QUE É FUNDO SOLIDÁRIO?

É uma poupança comunitária gerida coletivamente para fortalecer a economia popular e os empreendimentos da Economia Solidária em dada comunidade. A poupança é formada por meio da doação voluntária de recursos por cada integrante que participa do fundo ou ainda pode ser constituída a partir de doações e recursos externos destinados à comunidade.

Existem fundos em diferentes instâncias:

- Os **fundos rotativos**, que são autogestionáveis pelos grupos produtivos, associações ou comunidades: chama-se rotativo porque o recurso roda na comunidade.
- Os **fundos devolutivos**, que são administrados por entidades a nível estadual, ou regional que apoiam as comunidades, grupos, associações cujo retorno é destinado para outros grupos, associações ou comunidades.
- Os **fundos solidários não reembolsáveis** que apoiam grupos, associações, comunidades com o fim de alimentar os próprios fundos ou melhorar a sua gestão.

## Considerações importantes no processo de criação de um fundo solidário

- Surge da necessidade de uma política de financiamento solidário e participativo.
- Não precisa ser formal.
- Tem que ser autogestionado.
- Necessário formar um Comitê Gestor.
- Incentivo ao desenvolvimento local.
- Pode ser iniciado com recursos próprios ou não.
- Recursos reembolsáveis ou não, total ou parcial.
- Fortalece e facilita o acesso ao crédito e aos meios de produção nos territórios de atuação.

### ETAPAS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO SOLIDÁRIO

#### ETAPA I:

Sensibilização e processo de formalização dos Fundos Solidários numa comunidade: Nessa fase são realizados estudos, diagnósticos e visitas aos municípios/comunidades para certificação de que o mesmo reúne as condições necessárias para organização de um Fundo Solidário.

#### ETAPA II:

Operacionalização dos Fundos Solidários: Trata-se da implantação propriamente dita do fundo, definido sua forma de gestão e organização, dentre outros.

Dentro desta etapa estaria a Formalização do Fundo Solidário, para formalizar o fundo as etapas são:

1. Realização de Assembléia de criação
2. Ata e assinatura de livre adesão das famílias ou pessoas
3. Construção o regimento interno de funcionamento
4. Construção de um sistema de contribuição
5. Eleição de uma comissão de gestão
6. Comunicação da constituição do Fundo Rotativo Solidário (FRS) às organizações parceiras e ou financiadoras.

### O QUE SÃO BANCOS COMUNITÁRIOS?

São serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. O objetivo é promover o desenvolvimento de territórios ou comunidades, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de Economia Solidária em seus diversos âmbitos, como empreendimentos sócio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.

### O QUE SÃO MOEDAS SOCIAIS?

Ou moeda social local em circulação, é uma moeda complementar ao real do Brasil e criada por cada banco comunitário. Os bancos oferecem empréstimos em quantidades pequenas em reais e também na moeda local, que circula somente dentro do bairro.

A moeda social do Banco Palmas é a "palma, " por exemplo. Cada comunidade tem as próprias moedas com os próprios nomes.

Uma unidade de moeda local é igual a um real, e ambas as moedas podem ser trocadas livremente a qualquer hora. Incentivos locais para comerciantes e consumidores existem para usar a moeda local (por exemplo, a oferta dos descontos aos usuários).

### **Considerações importantes no processo de criação de um banco comunitário**

- Para iniciar a discussão sobre a criação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) não é necessária a formalização do grupo.
- Para a existência do BCD é necessária a existência e formalização de uma associação na comunidade, pois há a necessidade de uma personalidade jurídica que responda pelas relações financeiras entre entidades.
- É fundamental que o BCD seja totalmente autogestionário, garantindo a participação de todos (as) os (as) envolvidos-as diretos.
- O Comitê Gestor é um grupo de pessoas representantes da entidade jurídica e da própria comunidade responsável pelas principais decisões do BCD: concessão de crédito, construção da política de crédito, aprovação de crédito, captação de recurso, implantação de novos produtos e serviços, etc.
- A moeda social é um importante instrumento para garantir a liquidez da economia em um determinado território onde o BCD está instalado e em funcionamento;
- A denominação da moeda geralmente está diretamente ligada à história do território e/ou comunidade.

- A emissão da moeda social exige uma série de critérios (segurança, lastreada pelo real 1 pra 1, circulação restrita a determinado território e/ou comunidade).
- Os critérios para concessão dos créditos são construídos pela própria comunidade, levando em consideração relações de gênero, entre outras.

### **ETAPAS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO**

#### **1) Fase de identificação**

São realizados estudos, diagnósticos e visitas à comunidade para a certificação de que o mesmo reúne as condições necessárias para implantação de um banco comunitário.

#### **2) Fase de preparação**

Consiste no processo de sensibilização das (os) moradoras (es), produtoras (es) e comerciantes do município/bairro, bem como na capacitação dos agentes e gerentes de crédito que irão atuar no BCD.

#### **3) Fase de implantação**

Após o processo de sensibilização e capacitação iniciam-se os preparativos práticos para o funcionamento do BCD.

#### **4) Fase de consolidação e potencialização**

Definição das linhas de crédito que promovam o desenvolvimento endógeno do território.

## ALGUMAS AFIRMAÇÕES E DESAFIOS

- Tanto BCD quanto FRS representam formas de autogestão pela comunidade dos recursos financeiros que são acessados, seja pela poupança dos ganhos pessoais ou familiares, seja por recursos externos de apoio. Isso requer, fundamentalmente, uma “economia de proximidade”, em que as famílias e a comunidade se reconheçam e participem de sua gestão.
- Importância da delimitação, ou configuração do território onde os bancos e os fundos estão inseridos. Os BCD têm uma moeda social de circulação delimitada por um território; os fundos rotativos funcionam com a perspectiva de um número limitado de pessoas ou famílias ou grupos que participam deles. É o caso da Paraíba: quando o número de participantes ultrapassa 50 famílias, se cria outro fundo. O desafio de ambos os casos é relacionar a autogestão, que tem um caráter associativo e comunitário, com os territórios onde eles estão inseridos.
- BCD e FRS têm uma perspectiva de uma articulação em redes para que sua experiência localizada possa somar-se à luta e conquista pelo seu reconhecimento enquanto sujeitos das finanças solidárias.
- No caso dos fundos solidários, o aspecto fundamental, enquanto metodologia, é seu caráter educativo e organizativo. Por isso há uma definição de que o seu reconhecimento político não passa pelo controle do sistema financeiro atual (Banco Central).
- Ainda que os fundos solidários tenham sido a experiência que antecedeu muitas cooperativas de crédito, hoje tanto fundos solidários como bancos comunitários e cooperativas de crédito podem conviver e se complementar enquanto serviços de finanças solidárias diferenciados no mesmo território.

- A assessoria técnica aos fundos rotativos solidários no seu desenvolvimento pode acontecer sob dois enfoques. Um deles, o mais tradicional, é o dos fundos devolutivos ou não reembolsáveis, que aliam o financiamento ao acompanhamento, cujo papel é fortalecer o desenvolvimento das comunidades e seus fundos. São exemplos desses fundos, o fundo da CESE, da FASE/SAAP, da FLD (Fundação Luterana de Diaconia), os fundos da campanha da fraternidade, e o fundo DEMA da Amazônia. O outro enfoque é o de organizações de assessoria que não possuem fundos próprios, mas têm em seu trabalho educativo ações de acompanhamento, articulação, assessoria e mobilização dos fundos rotativos. É o caso da Paraíba (PATAC e do PTA do Pólo Sindical da Borborema) e a Esquel/ Pastoral da Criança no Nordeste brasileiro (Programa Vencer Juntos).

## FORMATOS JURÍDICOS E FORMALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA<sup>17</sup>

### ***Alguns pressupostos gerais sobre o processo de formalização***

- *O processo de formalização é também um momento de aprendizado tanto para o empreendimento de Economia Solidária e quanto para a assessoria técnica.*

<sup>17</sup>Facilitador: O espaço foi moderado por Eugênio Alves Soares, assessor jurídico da UNISOL BRASIL

- *O papel do (a) educador (a) é contribuir para que o empreendimento se aproprie de todas as informações e o passo a passo, bem como estar sensível às mudanças e adaptações.*
- *A (o) educador (a) também possui o papel de provocador (a) de alternativas, cabendo ao empreendimento de decidir qual o melhor caminho a seguir.*
- *É fundamental que todos (as) associados (as) do empreendimento sejam envolvidas (os) e participem das discussões.*

### ETAPAS PARA A FORMALIZAÇÃO

- 1) Identificar o(s) estágio(s) organizativo e político do empreendimento.
- 2) Discutir e definir claramente a atividade econômica do empreendimento.
- 3) Identificar as condições de sustentabilidade e viabilidade econômica do empreendimento.
- 4) Abordar e discutir as consequências das situações de formalidade ou informalidade.
- 5) Discutir as possibilidades de formalização no sentido de apresentar e discutir as vantagens e as desvantagens de cada uma das alternativas e situar a discussão no contexto mais amplo do movimento de Economia Solidária e nas leis que regem cada sociedade:

*\*Associação x Micro Empresa Individual (MEI);*

*\*Cooperativa;*

*\*Sociedade Empresarial (microempresa ou empresa de pequeno porte) com contrato social adaptado aos princípios da Economia Solidária.*

### PASSO A PASSO PARA CADA PESSOA JURÍDICA

Identificar os profissionais necessários – contador, advogado.

Identificar os documentos necessários das (os) sócias (os) dos empreendimentos para que se faça a formalização.

Levantar os registros exigidos.

Elaborar os documentos necessários à formalização.

Registrar nos órgãos competentes.

### RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A ASSESSORIA: KIT FORMALIZAÇÃO

Texto informativo sobre a problemática da formalidade e da informalidade.

Quadro comparativo entre as formas jurídicas.

Roteiro de orientação para formalização de cada uma das alternativas identificadas.

Modelos de documentos: estatuto, ata, ficha de qualificação, termo de abertura dos livros.

Modelos de certidões.

### DISCUSSÕES MAIS AMPLAS ACERCA DA TEMÁTICA FORMALIZAÇÃO

- 1) Lutar pela aprovação de uma nova Lei do Cooperativismo que contemple as modificações reivindicadas pelo movimento de Economia Solidária.

**2)** Discutir uma forma jurídica própria para os empreendimentos de Economia Solidária, já em curso com a Campanha pela Lei da Economia Solidária.

([www.cirandas.net/leidaecosol](http://www.cirandas.net/leidaecosol))

**3)** Constituir um “Banco de Jurisprudências” que possa servir de referência para situações jurídicas próximas aos casos em que o jurídico já se manifestou.

**4)** Dialogar com as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) sobre a aproximação com os cursos de Contabilidade e Direito no processo de assessoria técnica.

## ALGUMAS AFIRMAÇÕES E DESAFIOS

A figura jurídica não é suficiente para o reconhecimento da Economia Solidária. São diferentes formas jurídicas que, se adaptadas, podem oferecer a segurança legal para o seu funcionamento. Entretanto, a forma histórica mais clássica e reconhecida como expressão da autogestão é o modelo cooperativista. Porém, a forma como o cooperativismo tem sido tratado no Brasil exige sua reformulação para que se resgatem seus princípios a partir da experiência pioneira de Rochdale.

O cooperativismo de “verniz”, que ainda é resquício do período ditatorial, tem favorecido as cooperativas do agronegócio que se valem dos subsídios legais para aumento dos seus lucros sobre uma base de trabalho assalariado.

Temos as experiências das chamadas Coopergatos, que são formas de terceirização do trabalho, em especial nas áreas de serviço, se valendo do formato de cooperativa, mas precarizando o trabalho humano.

Os desafios que se colocam para resgate do cooperativismo original estão na luta para a Lei do Cooperativismo Geral, cujo impasse atual é a questão da unidade de representação: uma só representação, hoje Organização Cooperativas Brasileiras OCB, ou a diversidade de representação.

A aprovação da Lei do Cooperativismo de Trabalho, a ser sancionada pela presidenta, passa a reconhecer tais serviços, assegurando, em princípio, processos de não precarização. A questão principal dessa lei é o artigo 7, que prevê direitos trabalhistas da relação capital de trabalho, só possíveis de realizar se existirem políticas de fomento ao desenvolvimento das cooperativas.

A recente análise sobre ganhos da legislação da microempresa revela que eles trazem mais vantagens em relação à legislação do cooperativismo, sobretudo quando se trata de pequenos empreendimentos. Hoje, para serem reconhecidos, vários empreendimentos se formalizam sob a lei da MEI.

Sabemos que a maioria dos empreendimentos chamados de “microempresa” são atividades familiares sem empregados, cujo objetivo não é o acúmulo de capital, mas a reprodução da vida.

O desafio atual é lutar para que o projeto de lei da ES seja aprovado e assegure um campo de maior nitidez sobre o que é empreendimento da ES.

Entre alguns ganhos, que já estão postos na linha do reconhecimento da ES, temos o Decreto do SNCJ que reconhece os empreendimentos econômicos solidários, a lei recente das cooperativas de trabalho, a lei de resíduos sólidos reconhece a existência da organização dos catadores, e a portaria de bazares, que reconhece fundos solidários.

*Iniciativas de processos de educação na linha da assessoria técnica jurídica de acompanhamento dos empreendimentos são recentes e exigem das organizações um apoio mais preciso de processos educativos, que relacionem o aspecto jurídico à sustentabilidade político-legal dos empreendimentos.*



## COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO<sup>18</sup>

Comércio justo e solidário (CJS) refere-se ao fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais, que resulta na participação ativa dos empreendimentos da economia solidária por meio da sua autonomia.

As diferentes estratégias do CJS organizaram-se no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJ), com vistas a assegurar direitos e deveres aos empreendimentos e seus parceiros, tanto entidades comerciais, quanto organismos de certificação e entidades de apoio e fomento.

A principal diferença entre o CJS e o Comércio Justo convencional, é que o CJS adota a autogestão nos marcos da ES como elemento central de sua própria identidade e enfatiza que devem ser solidárias todas as relações econômicas no interior das cadeias de produção, comercialização e consumo.

### Princípios do Comércio Justo e Solidário

Fortalecimento da democracia.  
Garantia de condições justas.  
Respeito ao meio ambiente.  
Respeito à diversidade.  
Garantia de informação ao (à) consumidor (a).  
Estímulo à integração de todos os elos da cadeia produtiva.

<sup>18</sup>Facilitadores: Anderson Barcellos e Claudia Monteiro. Instituto Marista de Solidariedade. Projeto Nacional de Comercialização Solidária.

Existem diversas metodologias adotadas para trabalhar com os grupos o tema da comercialização e onde pode ser identificados na prática alguns dos princípios do CJS. Abaixo apresentamos duas técnicas, uma mais voltada especificamente à comercialização e a segunda é uma autoavaliação com questões mais de fundo para ajudar a refletir sobre o Comércio Justo e Solidário.

**ENTRA E SAI DA COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

**Conceito:**

É uma técnica adaptada para a coleta de informações de dados econômico administrativos. Por ser elaborada a partir de desenhos e representações gráficas, permite melhor visualização dos gastos e das receitas em cada atividade desenvolvida. Esta técnica tem conteúdo pedagógico crítico por mostrar a posição das (os) associadas (os) em sua cadeia produtiva, explicitando fornecedores de insumos e matérias-primas e os canais de comercialização, que permite analisar suas potencialidades e limitações.

**Objetivos:**

Possibilitar uma reflexão das-os participante quanto aos gastos e a origem dos insumos e matérias primas, bem como identificar os produtos gerados pelos empreendimentos e seus respectivos destinos. É possível, através do entra e sai, construir um mapa e um fluxo de insumos, matérias-primas e produtos acabados, identificando as principais rotas viárias utilizadas pelos empreendimentos, seja para compra, seja para venda de seus produtos.

**Descrição do método:**

1) Elaborar uma matriz com colunas para levantamento das entradas e para o levantamento das saídas.

De onde vem?	O que entra?	O que produz?	O que sai?	Para onde vai?

2) Para o caso de empreendimentos, é fundamental que se levante a produção na coluna central e, respectivamente, (na coluna ENTRA), o que ENTRA para se produzir um determinado produto.

3) A matriz pode ser elaborada para cada produto produzido, ou feita para todos os produtos produzidos, refletindo em uma única matriz tudo o que entra e sai no empreendimento e de onde vem e para onde vai.

4) Durante a construção da matriz é possível que o (a) educador (a), através de perguntas, alcance níveis de detalhamento sobre a origem das entradas (de onde vem), possibilitando identificar os locais de onde vem a matéria-prima e assim debater sobre a logística; o preço de cada item de entrada (possibilita o debate sobre a composição dos preços e custos), entre outros.

5) É importante ter uma equipe para relatar o debate gerado no processo de construção da matriz de entra e sai.

Para que o empreendimento possa fazer um retrato da comercialização para habilitação no SNCJ, o Projeto Nacional de Comercialização desenvolveu um roteiro de autoavaliação com as seguintes questões para debate.

**ROTEIRO DE QUESTÕES SOBRE O PRODUTO**  
RETRATO DA COMERCIALIZAÇÃO

- 1) Quais são os produtos oferecidos pelo empreendimento?
- 2) Quais são os produtos mais vendidos?
- 3) Existe uma análise sobre o custo/benefício da produção de cada um deles? Quais são os mais e os menos rentáveis?
- 4) O grupo sabe construir o preço de seu produto considerando o valor hora de remuneração, a matéria-prima e todos os insumos utilizados no processo produtivo?
- 5) Os produtos são vendidos com marca própria?
- 6) A imagem do grupo produtivo, ou seu saber tradicional, é mostrada no rótulo do produto ou nos materiais de comunicação e marketing do mesmo? Caso positivo, como são feitos os acordos?
- 7) O produto já possui certificação de diferencial (orgânico/comércio justo)? Vocês têm conhecimento de algum canal de comercialização que reconheça/exija esse tipo de certificação?
- 8) Quais são as maiores dificuldades que o grupo apresenta na produção de seus produtos?

9) Quais são as maiores vantagens que o grupo apresenta na produção de seus produtos?

10) Quais os canais de comercialização mais utilizados (feiras, mercados, super mercados, lojas, grupos de consumo, mercado institucional, outros)?

Esta pergunta é muito importante para a continuidade da discussão: Recomendamos que o grupo debata e reflita com calma sobre os tipos de vendas que realiza antes de prosseguir ao **preenchimento da tabela.**

Tipos de mercados	Produtos mais vendidos	Como são construídos os preços	Quais outros atores comercializam nesse mercado	Se a produção for maior, esse mercado pode comprar mais?
Tipos de mercados	Como o grupo promove os seus produtos nesse mercado	Como são oferecidas informações para as/os consumidoras/es e sobre o CJS?	O pagamento é: pré- financiamento, a vista, parcelado ou em consignação? São divididos os riscos de perda?	Há contratos de compra e venda regular? Como foram construídos?
Tipos de mercados	Vantagens e oportunidades de cada mercado	Desvantagens e desafios de cada mercado	Ações a serem realizadas	

## ALGUMAS AFIRMAÇÕES E DESAFIOS

- Devem ser aproveitadas as ferramentas do próprio movimento, como o Cirandas, para fazer a comercialização e promover os empreendimentos.
- Com o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário se abrem outros desafios, como as diversas formas de certificação de produtos e de empreendimentos e de manter os espaços de mercados institucionais (PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar).
- Temos o desafio, também, de incentivar o mercado local, tendo no mercado internacional uma possível complementação.
- Fortalecer os diferentes espaços processos de comercialização que se mostram mais nitidamente na Economia Solidária, como as bodegas, as feiras e outros pontos fixos.
- Temos o desafio de fortalecer as cadeias produtivas e construir um mercado solidário.
- A comercialização é também espaço educativo: Procure saber mais a partir do livro Comercialização Solidária no Brasil – uma estratégia em rede, produzido pelo Projeto de Comercialização Solidária.

## INCLUSÃO DIGITAL E SOFTWARE LIVRE<sup>19</sup>

Software Livre é o software que pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído sem restrição. A forma usual de um software ser distribuída livremente, sendo acompanhada por uma licença de software livre e com a disponibilização do seu código-fonte.

As 4 liberdades básicas associadas ao software livre são:

- 1)** a liberdade de executar o programa, para qualquer propósito (liberdade nº 0);
- 2)** a liberdade de estudar como o programa funciona e adaptá-lo para as suas necessidades (liberdade nº 1). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade;
- 3)** a liberdade de redistribuir cópias de modo que possa ajudar ao seu próximo (liberdade nº 2);
- 4)** a liberdade de aperfeiçoar o programa e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie (liberdade nº 3). Acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade.

### POR QUE FAZER INCLUSÃO DIGITAL COM SOFTWARE LIVRE NA ECONOMIA

#### Inclusão digital

- A tecnologia na perspectiva da Economia Solidária deve ser vista como meio de **transformação social** para um novo modelo de

<sup>19</sup> Facilitadores: Alan Tygel SOLTEC/ UFRJ e Ricardo Julian. Lipe/ UFRJ (Laboratório de Informática para a educação)

sociedade e não como um processo de simples inserção no sistema capitalista atual.

- Deve ser um meio de **promoção da autonomia** dos empreendimentos e das/os trabalhadoras-es, negando uma relação de passividade.
- Deve ser um processo de **empoderamento** das (os) trabalhadoras (es) e que estimule a busca do conhecimento numa perspectiva libertadora.
- O acesso ao conhecimento tecnológico possibilita qualificação profissional, gerando maiores oportunidades de trabalho.
- O domínio das ferramentas e tecnologias digitais permite **maior interação** com outros empreendimentos (redes e cadeias) e dá maior visibilidade à Economia Solidária para a população em geral.
- Possibilita a **promoção da cidadania** e a elevação da qualidade de vida das famílias.
- Permite a **inserção crítica** das (os) trabalhadoras (es) nas formas atuais de comunicação.
- Deve **incorporar** discussão de gênero, de orientação sexual, de raça, de etnia, de geração e de liberdade religiosa.

### Inclusão digital

- O campo do Software Livre **carrega os princípios** de liberdade de informação e de cooperação, aspectos fundamentais para a democratização do conhecimento.
- Tais princípios se adéquam às práticas e princípios da ES, promovendo o acesso **amplo e democrático** à tecnologia por todas/os.

• Pode ser um instrumento de barateamento do uso de ferramentas de informática, oferecendo maior acesso à informação e à **formação crítica**.

• É uma tecnologia social, podendo ser livremente replicada, reaplicada e adaptada a **realidade local**.

• Tem possibilidade de ser mais **adequado à autogestão**, devido à forma como é desenvolvido.

### ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS GERAIS

• A **inclusão digital pedagógica** deve ser centrada nos princípios da educação popular, diferente da perspectiva da educação formal tradicional.

• As (os) educandas (os) devem ocupar a **centralidade do processo**.

• **Tecnologia a serviço da vida** e não o contrário, não sendo um fim em si, mas um meio.

• Os conteúdos trabalhados devem estar adequados **às necessidades, à troca e ao diálogo constantes**, levando em conta as diversidades de gênero, etnia, raça, orientação sexual e liberdade religiosa.

• Deve ser feito de **forma participativa**, a partir da realidade dos educandos e educandas.

• O processo de **construção e desconstrução** dos conhecimentos deve se sempre feito de forma coletiva, pensado a partir do que se já tem, e se colocando no lugar do outro, considerando o contexto e o local.

• Os (as) educadores (as) devem **respeitar a diversidade de opiniões**, procurando mediar conflitos.

- A educação em informática deve ser vista como uma questão ampla, considerando seu **aspecto social e tecnológico**.
- Deve-se **utilizar o Cirandas como plataforma digital**, para fortalecer o espaço virtual da Economia Solidária.

### ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS ESPECÍFICAS

- **Estimular a curiosidade, deixando os-as educandos-as livres para que errem e acertem.**
- **Começar pela prática** dos-as educandos-as, respeitando os tempos de aprendizagens.
- Evitar colocar a mão no mouse e no teclado e **evitar dar respostas prontas.**
- Não se prender à ordem normal das atividades. Algumas vezes, podemos começar "pelo meio", com tarefas práticas simples, para que as-os educandas-os se sintam capazes logo de início. Exemplo: a-o educanda-o pode ter como atividade apenas a digitação, ao invés de
  - ter que ligar, salvar e desligar o computador. Estimular que, desde o primeiro contato, os educandos-as sintam que estão **avanzando e se empoderando, trabalhando com questões básicas do uso do computador.**
- As atividades não devem ser **nem tão simples** que os-as educandos-as se sintam desestimuladas-os, **nem tão complexas** que se sintam incapazes.
- Os (as) educadores (as) devem estar preparados para eventuais momentos de tensão e instabilidades emocionais. Muitas vezes as (os) educandos-as têm problemas financeiros, familiares, etc, que afloram nos espaços de debate.

- Os (as) educadores (as) devem ter noção das **práticas de educação/pedagogia popular**, ainda mais do que de informática.
- As (os) educadoras (es) devem estimular que um educando e/ou educanda mais experiente apoie/ensine um menos experiente. As aulas podem ser, se possível, executadas e planejadas **em conjunto**, com mais de uma-um educador-a e com o grupo que está participando da formação

### EDUCADORAS (ES) E INFRAESTRUTURA PARA FORMAÇÃO

#### Educadoras (es)

- É desejável que possuam experiência em **Educação Popular e Economia Solidária.**
- Não é estritamente necessária a formação técnica em informática: muitas vezes, o educador **com conhecimentos básicos** dialoga melhor com indivíduos sem conhecimento algum em informática.
- O ideal é que haja mais de **um educador por turma** e que as turmas não excedam 20 educandos (as).
- É desejável que os educadores possuam formações e experiências **complementares**, para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem
- O educador deve ter uma visão clara da **tecnologia como ferramenta de transformação**, e não como um fim em si mesmo. Deve encarar a informática como elemento emancipador para as (os) trabalhadoras (es) e empreendimentos de Economia Solidária.

### Infraestrutura

- Os computadores devem ser capazes de, no mínimo, operar **programas de escritório e acessar a internet**.
- O uso de computadores e peças **reciclados** deve ser incentivado, inclusive como auxílio à formação em montagem e manutenção de computadores. No entanto, a primeira condição deve ser sempre respeitada.
- O **sistema operacional** deve, preferencialmente, ser software livre. Uma opção que possibilita boa facilidade de uso é o Ubuntu, cuja versão em português pode ser obtida gratuitamente em <http://www.ubuntu-br.org/>.
- Os programas a serem utilizados devem, preferencialmente, ser software livre, mesmo que o sistema operacional não seja. As ferramentas de escritório em software livre – editor de texto, planilha, apresentação e desenho – podem ser obtidas em <http://www.broffice.org/>.
- O **navegador de internet** a ser usado deve ser, preferencialmente, software livre. Um navegador de internet em software livre pode ser obtido em <http://br.mozdev.org/download/>.
- Deve ser tomado o cuidado para que o **idioma dos programas** a serem utilizados seja sempre o português.
- Sempre que possível, o Cirandas - <http://cirandas.net/> - deve ser usado como **plataforma de apoio à formação**, no compartilhamento de conteúdos, arquivos, socialização das informações para todo o movimento de Economia Solidária.
- A formação deve, sempre que possível, contar com acesso à Internet para enriquecer a experiência e compartilhar os resultados.
- **A falta de internet não é um impeditivo** à formação.

### ALGUMAS AFIRMAÇÕES E DESAFIOS

- Grande parte dos nossos empreendimentos não tem conhecimento sobre as ferramentas, por isto é preciso adequar a linguagem para tornar acessível a compressão das informações sobre o tema.
- Funcionamento de uma rede de informação no território: Como aproveitar o Cirandas, que permite o acesso às ofertas de produtos, para construir redes entre produtoras (es) e consumidoras (es) no território?

### ASPECTOS FINANCEIROS E CONTÁBEIS<sup>20</sup>

#### PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A contabilidade é altamente regulamentada por leis e normas, princípios e regulamentos, técnicas e instrumentos específicos da área.

*A contabilidade é regida por princípios:*<sup>21</sup> entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, atualização monetária, prudência, competência.

Existem dois grandes tipos distintos de contabilidade: a pública e a privada.

Não há grandes distinções para empreendimentos de Economia Solidária, mesmo porque a Economia Solidária não dispõe de um

<sup>20</sup>Facilitadora: Cristina Milanez, da Gauyi e do projeto NEATES/RS.

<sup>21</sup>Ver mais no Anexo C do Relatório do II módulo do Curso Nacional de Metodologias de Assessoria Técnica: <http://cirandas.net/cfes-nacional/biblioteca-do-cfes/cfes-nacional-memoria?view=true>

marco regulatório próprio que lhe dê algum tipo de diferenciação.

Por apresentar tantas complexidades, a contabilidade deve receber atenção especial dos empreendimentos. Hoje, o segmento da ES dispõe de poucos (as) contabilistas especializadas (os) nessa matéria e mesmo acadêmicas (os) engajadas (os) nesses estudos.

Antes de começar as contas é preciso saber o que significa cada tipo de custo e a que está relacionado. Quando esta etapa está realizada, é possível preencher com maior facilidade alguns instrumentos para levar, de maneira simples a contabilidade do EES.

- **Custos de produção:** todo o custo relacionado ao processo produtivo, como a matéria-prima de que é feito o produto, os insumos necessários, os gastos que serão feitos para produção. Podem ser fixos ou variáveis.
- **Custos de comercialização:** todos os gastos que teremos que fazer para vender a produção.
- **Custos de administração:** todos os gastos para manter o empreendimento organizado.
- **Custos tributários:** são os impostos a pagar.
- **Custos financeiros:** os gastos feitos para pagar os juros (só os juros) de algum empréstimo que tenha sido tomado.

## DESAFIOS

- Como se vincula a questão contábil com a autogestão?
- Qual é a melhor forma para fazermos o controle e monitoramento das questões administrativas e financeiras?

- Como assegurar a melhor distribuição equitativa dos ganhos entre os que fazem parte dos empreendimentos?
- Como a contabilidade ajuda a fazer com que os ganhos sejam equitativos?

### Sugestão:

Estudar a publicação *Puxando o fio da meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos I*, da CAPINA.

## PLANO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA (PDESES)

A necessidade de um planejamento específico para a economia solidária tem sido tema recorrente. Abaixo apresentamos alguns elementos para um plano de desenvolvimento e sustentabilidade para a economia solidária.

### Os componentes para o PDESES:

1. Reflexão sobre tipos de empreendimentos e a necessidade da formalização.
2. Instrumentos técnico-contábeis aplicados à Economia Solidária: controle de caixa, controle de estoque, formação de preço, fluxo de entrada e saída de produto, cálculo de sobras, controle de despesas e sobras.
3. Fundo de finanças e acesso a crédito solidário;
4. Captação de recursos.

## Roteiro do PDSES

- 1.** O que é ES? Princípios e Valores.
- 2.** Estudo de habilidades e potencialidades do coletivo: Quem somos e o que temos?
- 3.** Estudo de tecnologias necessárias.: O que é necessário para organizar o empreendimento?
- 4.** Formalização Jurídica: Que tipo de empreendimento vamos construir?
- 5.** Qual é a viabilidade econômico-social do empreendimento: relação da necessidade da realidade, do local, do entorno com o território, com a nossa visão política – projeto de sociedade.
- 6.** Formação de preço justo e solidário: capacidade de pagamento da realidade do local.
- 7.** Estudos de ferramentas de contabilidade aplicadas à ES.
- 8.** Plano de produção: fichas técnicas de produtos, desenho dos processos produtivos, etc.
- 9.** Plano de comercialização justo e solidário.
- 10.** Dimensões da Sustentabilidade do empreendimento:
  - 10.1** Autogestão Econômica: garantir a sustentabilidade econômica e, se necessário, buscar a financiamento solidário.
  - 10.2** Autogestão social: aspectos internos e cuidado com as (os) integrantes do empreendimento, a ação e relação do empreendimento com o movimento, redes, local e entorno e outros movimentos, etc.

**10.3** Autogestão política: formação, posicionamento diante da realidade, participação na sociedade.

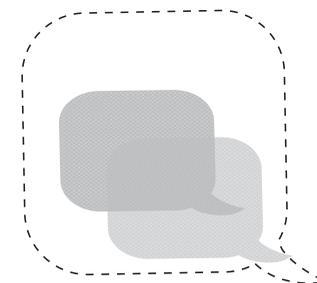
**10.4** Autogestão ambiental: a relação do ecológico-biológico e social, o cuidado com o outro e com a natureza que nos cerca.

**10.5** Autogestão Tecnológica: inovação, saberes coletivos e conhecimentos tradicionais, etc.

**10.6** Autogestão dos registros financeiros e sua comunicação: transparência.

### AFIRMAÇÕES E DESAFIOS

Aparece a necessidade que elaborar de forma detalhada um plano de desenvolvimento como o colocado acima, pois os planos de negócios que temos como referencia não dão conta da realidade e especificidades dos grupos de economia solidária.



## AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO:<sup>22</sup> DESAFIOS QUE SE APRESENTAM

### AÇÃO: ORGANIZAÇÃO EM REDE DE EDUCADORES (AS) DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

#### COMO FOMENTAR A DISCUSSÃO SOBRE O TRABALHO EM REDE DE EDUCADORES (AS)?

Essa metodologia de discussão foi utilizada durante as oficinas de Metodologias de Assistência Técnica aos Empreendimentos de Economia Solidária. A proposta de descrevê-la nessa cartilha é com a intenção de que os coletivos de educadores (as) possam utilizá-la, adaptando-a sempre que necessário e à sua própria realidade, aos seus espaços de discussão e formação.

A primeira parte é um passo a passo que descreve os momentos percorridos pela metodologia adotada. A segunda, é o resultado da reflexão feita organizados em torno de seis questões.

#### Passo a passo para conduzir de discussão

##### Momento 1

Um (a) educador (a) fará provocações iniciais, apresentando as questões que serão discutidas em grupos:

- *O que é uma rede?*
- *Quais as formas possíveis de organização de uma rede?*
- *Há redes no local / território em que vivo?*
- *Que importância / influência (tanto positiva, quanto negativa) exercem?*

<sup>22</sup> Usamos para dividir esta parte as frases Ação-Reflexão-Ação para fazer relação à pedagogia da alternância.

## Momento 2

Divisão em grupos que podem ser aleatórios ou levar em conta sua região, território, gênero, etc. Cada grupo responde as questões acima e, também, fará o mapeamento e levantamento dos espaços de articulação em rede que já participam em suas regiões, ou seja, espaços que agregam diferentes pessoas que compartilham os mesmos princípios e objetivos e que estejam fortalecendo o local ou território em que estão inseridos. As discussões e o levantamento deverão estar em cartaz para apresentação.

## Momento 3

Socialização em plenária do que foi discutido e mapeado. Assim, cada um (a) dos (as) presentes visualizará as articulações identificadas nos diferentes grupos. Será possível montar um mosaico rico de diversos atores sociais inseridos em diferentes contextos e realidades.

## Momento 4

É possível se visualizar que além pertencer a uma articulação de educadores (as) cada um (a) também pertence a outras formas de articulação. Isso pode ser feito através de agrupamento de tarjetas ou das próprias pessoas identificadas, por exemplo, com fóruns, movimentos sociais, movimentos específicos (mulheres, negros, quilombolas, indígenas, etc), redes de empreendimentos, colegiados, conselhos, etc.

## Momento 5

Momento de discussão e problematização sobre rede e a Rede de Educadoras (es) de Economia Solidária, que poderá ser realizado em grupo ou coletivamente.

Perguntas provocadoras para essa discussão:

- *Que caminhos seguir?*
- *Quais os pontos positivos e também negativos dessa forma de organização?*
- *Como podemos organizar uma rede?*
- *Como podemos atuar em rede?*
- *Que implicações teria essa forma de organização e atuação?*

## ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO EXERCÍCIO

As questões acima foram discutidas na Oficina sobre Metodologias de Assessoria Técnica e trazemos algumas reflexões para contribuir com a organização dos (as) educadores (as) em rede.

### a) Afinal, o que é uma rede?

- Forma de organização dos atores sociais (fóruns, colegiados, empreendimentos, movimentos sociais, etc) em determinado contexto (município, região, território).
- O agrupamento dos atores sociais, por si, não constitui uma rede.
- Há pontos em comum que ligam ou aproximam esses atores sociais, como princípios, visões, objetivos, diretrizes, pautas e ações em comum.
- Os diversos atores que a integram organizam reuniões e projetos em comum, além das mobilizações para fora, junto à sociedade, trazendo uma proposta, tentando sensibilizar.
- São democráticas e não apenas descentralizadas.
- Uma ferramenta que pode ser usada das mais diversas formas, pois o capitalismo também está organizado em rede.

### **b) O que nos une enquanto Rede de Educadoras (es)?**

- A superação da opressão, da exploração, da riqueza extrema e da injustiça social.
- As diretrizes político-metodológicas: tecnologia social, território, gênero, saúde, segurança, etc.
- O tema transversal: Educação Popular. Uma educação libertadora, transformadora e emancipatória.

### **c) Qual a razão de existência de uma Rede de Educadoras(es)?**

- Para discutir educação na Economia Solidária.
- Construção de uma concepção de uma escola de pensamento que se distingue da ideia de escola como sala de aula com paredes, carteiras, aluno e professor.
- Troca de informações, de metodologias e de experiências.
- Enquanto educadoras-es isoladas-os não existimos.
- Necessidade de espaços de formação.
- Através da Rede nos tornamos visíveis.

### **d) O que temos que avançar para a constituição da Rede de Educadoras (es)?**

- Identificar os diferentes temas que nos unifica.
- Identificar com quais atores e redes podemos nos relacionar.
- Articular realidades distintas sobre a discussão (estados e regiões).

- Falta compreender e se apropriar do processo de elaboração e construção da ideia de uma Rede de Educadoras (es) da Economia Solidária.
- Consolidar a ideia de trabalho em rede.
- Realizar ações práticas, só essas podem concretizar a nossa teoria.
- Trazer à tona, evidenciar, as redes no campo da Economia Solidária que já acontecem, mas que estão submersas.
- Construir pontos de convergências e propostas em comum.
- Que espaço devemos e temos que ocupar?
- Como nos vemos diante de tantos outros movimentos, fóruns e redes?
- Qual a nossa identidade enquanto rede de educadoras-es de Economia Solidária?

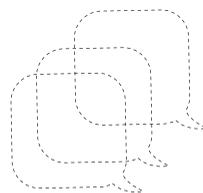
### **e) Quais os riscos de se criar a Rede de Educadores (as)?**

- Realmente necessitamos construir uma rede de educadores (as)?
- Realmente precisamos criar um sujeito novo?
- A criação acontecer por decreto, de uma para outra, e sem organicidade: das bases para uma articulação nacional.
- A institucionalização: criação de regras e normas, deveres, direitos, comportamentos.

### **f) Como manter a Rede de Educadoras (es) funcionando?**

- Os Fóruns de Economia Solidária são os pontos de articulação da Rede.

- Construir estratégias de sustentabilidade para além dos projetos e programas do Estado.
- Construir uma pauta própria.
- Evidenciar o que também nos fragmenta, nos desune.
- Estar presente, enquanto Rede de Educadoras (es), nos espaços dos movimentos sociais, fóruns, colegiados, etc.
- O fortalecimento passa pelo território, pelo envolvimento com as necessidades e demandas do local.
- Para se sentir, e ser, Rede de Educadoras (es) é preciso envolvimento de suas/seus integrantes nos espaços locais.
- A prática cotidiana na luta pela transformação social é que fará suas/seus integrantes se sentirem uma rede.



### **REFLEXÃO: PARA ALÉM DESTES TEXTOS, DIALOGANDO COM AS METODOLOGIAS**

A partir das experiências socializadas aqui neste texto, apresentamos elementos que nos parecem comuns, levando em conta as diretrizes-políticas metodológicas, e apontando para desafios maiores que os limites dessas experiências apresentam.

### **DIFERENTES PERCEPÇÕES QUE AS ABORDAGENS REVELAM NA RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO E A APOIADORIA TÉCNICA**

Algumas experiências apresentadas não explicitam os processos educativos que vinculem assessoria técnica aos princípios da educação popular.

Os temas de metodologias instrumentais, como contabilidade, elaboração de projetos, qualidade de produtos, não contemplam, na sua especificidade a vinculação com o processo educativo. Aparecem como informações externas que devem ser agregadas à gestão, sem preocupações do como se faz essa agregação.

Por outro lado, temas mais abrangentes como redes, finanças solidárias e comercialização, por sua própria natureza revelam explicitações do processo educativo.

Relação das experiências das metodologias com a concepção do desenvolvimento solidário sustentável e territorial: as metodologias de assessoria técnica devem estar contextualizadas pela estratégia de desenvolvimento adotada pela economia solidária. Nos temas/experiências apresentados, algumas delas explicitam melhor essa contextualização, entre elas: redes e finanças solidárias, e o resultado da elaboração sobre contabilidade que gerou elementos para um plano de desenvolvimento.

No entanto, as reflexões do tópico “afirmações e desafios” apresentadas ao final de cada experiência, coloca como uma das principais preocupações a explicitação da perspectiva do desenvolvimento territorial.

Inovações tecnológicas como instrumentos do processo educativo-comunicativo. A informatização, como ferramenta de gestão, que é

parte das tecnologias sociais foi pouco explicitada nas metodologias abordadas.

A oficina de software livre e inclusão digital destaca bem sua inserção como parte do processo educativo e da autogestão. No entanto a metodologia de construção de redes que em si é uma tecnologia social não incorporou esse instrumento polêmico que são as redes virtuais ou “redes sociais”.

O tema das redes virtuais ainda pouco apropriado pelo movimento da economia solidária.

### **PROCESSO DE AUTOGESTÃO PERMEANDO AS DIFERENTES EXPERIÊNCIAS**

As diferentes experiências trazidas para as oficinas tiveram muita disponibilidade para socializar e construir um processo de dialogo para re-significar suas práticas, tudo isso de maneira coletiva.

### **A POLÍTICA PÚBLICA E AS BANDEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O movimento de economia solidária em suas plenárias e quando da realização de conferências afirma a importância de políticas públicas que contribuam para o avanço de um desenvolvimento solidário, sustentável e territorial. Entre as principais bandeiras estão:

#### **Educação**

Enquanto afirmação, a educação em economia solidária compreende formação e assessoria técnica. No entanto, ainda temos o desafio de articular estes dois campos de ação da educação na prática. Um caminho está na continuidade de espaços de formação de educadores (as) que propiciem intercâmbios de experiências educativas. Ao mesmo tempo, precisamos avançar na concretização de uma política nacional de assessoria técnica para a economia solidária que se paute pela educação popular e garanta acesso ao conhecimento e acompanhamento jurídico, contábil, financeiro, tecnológico.

#### **Sistema Nacional de Finanças Solidárias**

O movimento luta por um sistema de finanças solidárias, pelo reconhecimento de bancos comunitários, fundos solidários, moedas sociais e cooperativismo de crédito. Estas experiências tem como fundamento o território, tendo contribuições importantes para o avanço de políticas públicas de economia solidária.

#### **Marco Legal**

Estamos entendendo por marco legal o reconhecimento da Economia Solidária na legislação. Nesse sentido, os temas apresentados nesta publicação sobre formalização de empreendimentos e de comércio justo e solidário trazem alguns elementos. Na primeira se explicita o marco jurídico onde se situam os empreendimentos econômicos solidários e na segunda se incorpora a discussão do decreto do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário que de alguma forma reconhece a existência e legalidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

**Produção,  
Comercialização  
e Consumo  
Solidários**

Essa bandeira trata fundamentalmente a perspectiva de uma política de fomento. O fomento perpassa os temas qualidade de produto, contabilidade, redes, software livre e inclusão digital, elaboração de projetos e finanças solidárias.

As políticas públicas de ATER (Assistência Técnica de Extensão Rural), PAA, PNAE, dialogam diretamente com a perspectiva da assessoria técnica.

**Finalmente, após ter trazido para a reflexão os elementos em comum que apareceram nos temas e os desafios que eles nos apontam, sugerimos a leitura do texto de Luigi Verardo, na publicação Autogestão e Pedagogia (parte desta coleção), que apresenta reflexões sobre metodologia da economia solidária para assessoria técnica na ótica da autogestão e que dialoga com a maioria das temáticas aqui apresentadas, sendo subsídio para o aprofundamento dos desafios aqui apresentados.**

**AÇÃO: DESAFIOS A SEREM INCORPORADOS  
AO PPP DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

As experiências socializadas na Oficina Nacional sobre Metodologias de Assessoria Técnica para Empreendimentos Solidários, tentaram qualificar e refletir o papel da assessoria.

Aqui apresentamos elementos da elaboração ocorrida na Oficina e questões, seja da fragilidade da própria experiência seja de temas relativamente novos.

As fragilidades nos levam aos desafios para continuidade dos processos educativos que a economia solidária irá trilhar.

Precisamos aprofundar nosso conhecimento e práticas em relação aos temas da assessoria técnica, incorporando a estes processos educativos o elemento político. Nossa ação tem posição, não se faz de uma forma distanciada da realidade do território onde a atividade formativa, de assessoria acontece.

Na primeira etapa do CFES (2009 a 2012), finalizamos tendo como principal desafio a construção do Projeto Político Pedagógico – PPP. O PPP é um processo em construção cuja base de reflexão permanente se dá nos coletivos de educadoras (es) que apontam para uma Rede de educadoras (es).

Agradecemos a cada educador-a que participou das Oficinas sobre Metodologias de Assessoria Técnica à Empreendimentos de Economia Solidária e a todos os facilitadores que fizeram possível a realização destas oficinas, promovidas pelo CFES Nacional, e contribuíram para a produção do conhecimento que buscamos apresentar nesta publicação.

É permitida a reprodução integral ou parcial para fins não comerciais desde que citada a fonte.

Disponível para download em [www.cirandas.net/cfes-nacional](http://www.cirandas.net/cfes-nacional)

O conteúdo deste texto não reflete necessariamente a opinião do Ministério do Trabalho e Emprego.

Brasília, agosto de 2012.